

## A Igreja e as uniões do mesmo sexo: O *Responsum* e suas implicações pastorais

Michael G. Lawler e Todd A. Salzman



# **A Igreja e as uniões do mesmo sexo: O *Responsum* e suas implicações pastorais**

**Prof. Dr. Michael G. Lawler**

Professor emérito de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

**Prof. Dr. Todd A. Salzman**

Professor de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Tradução: Isaque Gomes Correa

**Cadernos Teologia Pública** é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

#### UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

**Vice-reitor:** *Pedro Gilberto Gomes, SJ*

#### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** *Inácio Neutzling, SJ*

**Diretor Adjunto:** *Lucas Henrique da Luz*

**Gerente administrativo:** *Nestor Pilz*

[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

#### Cadernos Teologia Pública

Ano XVII – Vol. 18 – Nº 153 – 2021

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling

**Conselho editorial:** MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PU-CRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, ESTRS, doutor em Teologia.

**Responsáveis técnicos:** Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Bel Guilherme Tenher Rodrigues.

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Imagem da capa:** Patrícia Kunrath Silva

**Editoração:** Ricardo Machado e Guilherme Tenher Rodrigues

**Tradução:** Isaque Gomes Correa

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004. – v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil  
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467  
Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

## **A Igreja e as uniões do mesmo sexo: O Responsum e suas implicações pastorais**

Michael G. Lawler

Professor emérito de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Todd A. Salzman

Professor de Teologia na Universidade de Creighton - EUA

Em 15 de março de 2021, a Congregação para a Doutrina da Fé - CDF, observatório doutrinário do Vaticano, emitiu um Responsum a uma pergunta relativa a uma proposta da Conferência Episcopal Alemã e da maior organização católica leiga da Alemanha, a *Zentralkomitee der deutschen Katholiken*, de abençoar as uniões civis de pessoas do mesmo sexo.<sup>1</sup> Esse Responsum faz várias coisas. Ele enfatiza novamente o amor incondicional de Deus por todas as pessoas, reitera o ensino da Igreja sobre a moralidade dos atos homossexuais e insiste que não abençoar as uniões do mesmo sexo não é uma forma de “discriminação injusta”. O Responsum, em nosso juízo, é uma declaração moralmente distorcida de que Deus “não abençoa nem pode abençoar o pecado”, calunia gays e lésbicas que seguem as suas consciências bem-formadas e promove discriminação e mesmo violência contra estas pessoas. Primeiramente,

---

1 CDF, “Responsum da Congregação para a Doutrina da Fé a um dubium sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo”, 15 de março de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3iu6jvP>.

explicaremos o nosso juízo e, em seguida, detalharemos as implicações pastorais do *Responsum* que trazem esperança às pessoas LGBTQs na Igreja.

### **Atos objetivamente errados e subjetivamente pecaminosos**

A posição da CDF de que uma união homossexual é pecaminosa porque objetivamente ela infringe a lei de Deus une duas situações que o ensino moral da Igreja distingue, a saber, a situação de um ato objetivamente errado ou pecado *material* e a situação de um ato subjetivamente mau ou pecado *formal*. Somente o pecado formal é *realmente* pecado. Pode-se julgar um ato como errado (assassinar um inocente), mas isso não significa que a pessoa seja subjetivamente culpável (um caçador acidentalmente acerta um outro caçador). A CDF tenta evitar esta junção em seu “Comentário” ao *Responsum*, onde claramente distingue entre “as pessoas e a união [do mesmo sexo]” e afirma que “o juízo negativo sobre a bênção de uniões de pessoas do mesmo sexo [pecado material] não implica um juízo sobre as pessoas [pe-

cado formal]”.<sup>2</sup> O juízo do *Responsum*, no entanto, de que Deus “não abençoa nem pode abençoar o pecado”, implica um juízo sobre atos e pessoas, pois o juízo se baseia no juízo precedente de que essa união é pecaminosa porque os atos das pessoas, na união, são julgados pecaminosos. Atos e pessoas, a própria Igreja ensina, são julgados juntos no juízo final de Deus (Catecismo, n. 682), e a alegação da CDF, de separar os dois no *Responsum*, é insincera. Ela supõe que todas as uniões civis do mesmo sexo são pecaminosas porque os atos homossexuais feitos nelas são pecaminosos. A afirmação não reconhece a distinção moral católica básica entre um ato objetivamente errado e um ato subjetivamente mau que é pecaminoso. Consideremos uma coisa de cada vez.

### **Atos homossexuais: objetivamente errados?**

A tradição ensina que os atos homossexuais são “intrinsecamente desordenados” (embora seja mais preciso rotulá-los como objetivamente errados) pelas seguintes razões: eles “são contrários à lei natural”, cujos princípios

<sup>2</sup> CDF, “Artigo de comentário ao *Responsum ad dubium*”, 15-05-2021. Disponível em: <https://bit.ly/3zb6Ngf>.

refletem na própria natureza humana, eles “fecham o ato sexual ao dom da vida” e “não são fruto de uma verdadeira complementaridade afetiva e sexual”.<sup>3</sup> Consideremos, um de cada vez, esses ensinamentos.

### Argumento da lei natural

Primeiramente, todo ser humano tem uma natureza que é sempre interpretada e socialmente construída pela razão. Pode haver, portanto, e há interpretações culturais diferentes do que constitui a natureza humana. O significado da frase “orientação sexual”, como parte da natureza, não é universalmente acordado, mas a Igreja Católica distingue entre uma “‘tendência’ homossexual, que se mostra ‘transitória’, e ‘homossexuais que são definitivamente tais por causa de algum tipo de instinto inato’”. Ela passa a declarar que “parece apropriado entender orientação sexual como uma dimensão profundamente arraigada da personalidade [ou natureza] de alguém e reconhecer a sua *estabilidade relativa* em uma

pessoa”.<sup>4</sup> A orientação sexual é predominantemente heterossexual, homossexual ou bissexual. Esta realidade natural, histórica, social e experientialmente revelada pode ficar obscurecida pela preponderância estatística de pessoas de orientação heterossexual, mas ela não é, de forma alguma, negada por esta preponderância numérica. Estamos em pleno acordo com a CDF, quando ela ensina que “não poderá haver, portanto, verdadeira promoção da dignidade do homem [e da mulher], senão com o respeito da ordem essencial da sua natureza”.<sup>5</sup> Discordamos da CDF, no entanto, em sua interpretação exclusivamente heterossexual dessa “ordem essencial da sua natureza [humana]”.

Os seres humanos não têm acesso à natureza pura, nua e crua. Eles conhecem a natureza comum apenas por abstração a partir do fato experiential de indivíduos. Todas as coisas além deste fato experiential resultam de interpretação de pessoas atentas, inteligentes, racionais e responsáveis; nós experienciamos a natureza apenas enquanto interpretada racionalmente e construída socialmente. A nossa antropologia sexual, então, reconhe-

3 Catecismo da Igreja Católica, n. 2357; CDF, “Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais”, AAS (2003), n. 4.

4 USCCB, Always Our Children, 4-5, grifo nosso. Ver também: Persona humana, n. 8.

5 CDF, PH, n. 3.

ce a orientação sexual como uma dimensão intrínseca, tanto do indivíduo humano quanto da natureza humana, e aquilo que é aceito como atividade sexual natural irá variar dependendo de a orientação da pessoa ser homossexual ou heterossexual.<sup>6</sup> Atos homossexuais são naturais para as pessoas com orientação homossexual, atos heterossexuais são naturais para pessoas com orientação heterossexual. Eles são naturais porque refletem a natureza humana fundamental da pessoa como entendida pela reta razão. Não estamos aqui argumentando que a atividade homossexual é ética simplesmente porque ela é natural para aqueles com orientação homossexual; isso seria tratar fatos naturais como justificação moral e seria cometer a falácia naturalística. Para ser ético, estipulamos nós aqui, todo ato sexual, homossexual ou heterossexual, deve ser não só natural como também livre, justo, amoroso e respeitoso da dignidade humana, além de florescer a partir de ambos os parceiros.

6 Todd A. Salzman e Michael G. Lawler, *The Sexual Person: Toward a Renewed Catholic Anthropology*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2008, cap. 4.

## Argumento da procriação

Em segundo lugar, consideremos a afirmação de que os atos homossexuais “fecham o ato sexual ao dom da vida”. Se explorarmos o conceito da Igreja Católica de “abertura à transmissão da vida” em termos biológicos, então os atos heterossexuais potencialmente reprodutivos e permanentemente ou temporariamente não reprodutivos são tipos essencialmente diferentes de atos. “As genitálias de uma pessoa estéril”, escreve Andrew Koppelman, “não são melhores para gerar filhos do que uma arma de gatilho quebrado seria para dar tiros”. É um alargamento conceitual, diz o autor, “insistir que os atos sexuais dos inférteis incuráveis são do mesmo tipo que os atos sexuais dos órgãos férteis que ocasionalmente acabam por não produzir frutos”.<sup>7</sup> Tanto gays quanto lésbicas são seres humanos naturalmente sexuados e a atividade sexual deles é tão incuravelmente infértil quanto os atos de heterossexuais casados permanentemente inférteis, os quais a Igreja Católica reconhece como legítimos e éticos. Se exploramos a “abertura à transmissão da vida”,

7 KOPPELMAN, Andrew, “Natural Law (New)”. In: SOBLE, Alan (Org.). *Sex from Plato to Paglia: A Philosophical Encyclopedia*. Westport, CT: Greenwood Press, 2006, II, p. 708.

não em termos biológicos, mas em termos metafóricos relacionais, então tanto os casais homossexuais quanto os heterossexuais podem exibir significação justa e amorosa em suas uniões e atos sexuais.<sup>8</sup>

### Argumento da complementaridade

Consideremos, em terceiro lugar, o ensino da Igreja segundo o qual os atos gays e lésbicos “não são fruto de uma verdadeira complementaridade afetiva e sexual”. A Igreja condena coerentemente atos homossexuais como objetivamente errados com base em que eles violam a complementaridade heterossexual e reprodutiva, mas ela nunca tentou explicar por que eles também violam a complementaridade *pessoal* além de asseverar, sem evidências, que “não são fruto de uma verdadeira complemen-

taridade afetiva e sexual”.<sup>9</sup> Talvez a Igreja nunca tenha se confrontado com esta questão da complementaridade afetiva, mas casais homossexuais monogâmicos, justos, amorosos, mutualmente comprometidos já se confrontaram com ela experientialmente, e eles testemunham que de fato experimentam a complementaridade afetiva e pessoal nos – e através dos – atos homossexuais que praticam. Margaret Farley nota que os relatos experientiais de tais casais dão testemunho do “papel desses amores e relacionamentos para a sustentação do bem-estar humano e para a abertura do florescimento humano”.<sup>10</sup> Isso coincide precisamente com o nosso princípio fundacional a respeito do impacto relacional imediato e mediato dos atos sexuais verdadeiramente humanos. “Realizados de modo autenticamente humano, [eles] exprimem e alimentam a mútua entrega pela qual se enriquecem [ime-

8 Para mais informações, ver: SALZMAN, Todd A.; LAWLER, Michael G. “Quaestio Disputata: Catholic Sexual Ethics: Complementarity and the Truly Human”. *Theological Studies*, 67, 2006, p. 631-635; MCCARTHY, David Matzko. “The Relationship of Bodies: A Nuptial Hermeneutics of Same-sex Unions”. In: ROGERS Eugene F. (Org.). *Theology and Sexuality: Classic and Contemporary Readings*. Oxford: Blackwell, 2002, p. 200-216.

9 Catecismo, n. 2357.

10 FARLEY, Margaret A., *Just Love: A Framework for Christian Sexual Ethics*. Nova York: Continuum, 2006, p. 287. Frans Vosman afirma a mesma coisa também, observando que os homossexuais contribuem para o “bem social” em termos de “apoio mútuo, cuidado e justiça” (“Can the Church Recognize Homosexual Couples in the Public Sphere?”, *Intams Review*, 1/12, 2006, p. 37).

diatamente] um ao outro e [mediatamente enriquecem suas famílias e comunidade] na alegria e gratidão”.<sup>11</sup>

Anos atrás, embora reconhecendo que a questão das relações homossexuais é uma questão de disputa, Farley, enfocando a experiência como fonte de conhecimento ético, observou as experiências anedóticas de casais homossexuais e comentou que “temos alguns testemunhos claros e profundos quanto às possibilidades de melhoria da vida proporcionadas pelas relações homossexuais e quanto às possibilidades integradoras da atividade sexual dentro destas relações. Temos o testemunho de que a homossexualidade pode ser um modo de incorporar o amor responsável e de sustentar a amizade humana”. A autora conclui, logicamente, que “este testemunho por si só basta para exigir da comunidade cristã que reflita, mais uma vez, sobre as normas do amor homossexual”.<sup>12</sup>

11 Gaudium et Spes, n. 49. Ver: SALZMAN; LAWLER, *The Sexual Person*, cap. 4.

12 FARLEY, Margaret A. “An Ethic for Same-Sex Relations”. In: NUGENT Robert (Org.). *A Challenge to Love: Gay and Lesbian Catholics in the Church*. Nova York: Crossroad, 1983, p. 99-100. Em seu mais recente livro, Farley volta à questão da experiência de gays e lésbicas e julga que “temos de fato fortes testemunhos do papel de tais relacionamentos [de gays e lésbicas] na sustentação do bem-estar humano e na abertura ao florescimento humano” (FARLEY, Margaret A., *Just Love*, p. 287).

O juízo aqui está de acordo com o de Bernard Ratigan, psicoterapeuta, que nota que “a lacuna entre a caricatura de nós [gays] nos documentos da Igreja e a nossa realidade vivida parece tão grande”. Legitimamente, ele se pergunta: “Sobre quais evidências o Vaticano baseia as suas asserções a nosso respeito?”, quando salienta que a psicanálise “deixou de apenas se preocupar com o sexo genital para pensar muito mais sobre as relações humanas e o amor”.<sup>13</sup> O mesmo com a ética teológica católica.

Lawrence Kurdek corrobora as evidências anedóticas de Farley com amplos dados de pesquisa sobre casais de gays e lésbicas que demonstram, social e cientificamente, que eles tendem a ter uma distribuição mais equitativa do trabalho doméstico, demonstram mais habilidades para a resolução de conflitos, têm menos apoio dos membros familiares, mas um maior apoio dos amigos e, o que é significativo, experimentam níveis semelhantes de satisfação relacional em comparação com casais heterossexuais.<sup>14</sup>

13 RATIGAN, Bernard, “When Faith and Feelings Conflict”. *The Tablet*, 10-12-2005, p. 13.

14 KURDEK, Lawrence A., “What Do We Know about Gay and Lesbian Couples?” *Current Directions in Psychological Science*, 14, 2005, p. 251; “Differences between Partners from Heterosexual, Gay, and Lesbian Cohabiting Couples”, *Journal of Marriage and Family*, 68,

Na base dessas evidências, concluímos esta seção endossando o juízo de Farley: “O sexo entre duas pessoas do mesmo sexo (assim como entre duas pessoas do sexo oposto) não deveria ser usado de forma a explorar, objetificar ou dominar; o estupro homossexual (como o heterossexual), a violência ou qualquer uso prejudicial contra vítimas relutantes (ou aquelas incapacitadas por razão de idade, etc.) jamais se justifica; a liberdade, a integridade, a privacidade são valores a serem reafirmados em toda relação homossexual (como nas relações heterossexuais); em suma, os indivíduos não devem ser prejudicados, e o bem comum deve ser promovido”.<sup>15</sup>

O teólogo francês Xavier Lacroix explica o que todos os eticistas teológicos católicos aceitam, isto é, que “a ética pode ter como objeto somente os atos que são livres, aqueles que podem ser imputados à responsabi-

lidade pessoal. Aquilo que for determinado, *enquanto for determinado*, não é moral nem imoral; simplesmente é”.<sup>16</sup> A orientação heterossexual é uma orientação inata e estável a, predominantemente, pessoas do sexo oposto; a orientação homossexual é, semelhantemente, uma orientação inata e estável a, predominantemente, pessoas do mesmo sexo. A orientação sexual não é escolhida nem facilmente modificada; ela simplesmente é. Em si, portanto, ela não é nem ética nem antiética. Os atos sexuais que fluem daí, todavia, podem estar objetivamente certos ou errados segundo as circunstâncias. Os atos sexuais, homossexuais ou heterossexuais, estão certos quando são naturais, razoáveis, livres e expressados de uma maneira verdadeiramente humana, justa e amorosa que promova a dignidade e o florescimento humanos.

### **Atos homossexuais: subjetivamente pecaminosos?**

O Responsum é uma distorção teológica porque, embora seja verdade que Deus não abençoe nem pode

maio de 2006, p. 509-528; “Are Gay and Lesbian Cohabiting Couples Really Different from Heterosexual Married Couples?” *Journal of Marriage and Family*, 66, 2004, p. 880-900. Ver também: SAVIN-WILLIAMS, Ritch C.; ESTERBERG, Kristin G. “Lesbian, Gay, and Bisexual Families”. In: DEMO, David H.; ALLEN, Katherine R.; FINE, Mark A. (Orgs.) *Handbook of Family Diversity*. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 207-212. Para mais evidências científicas sobre o caráter dos casais gays e lésbicas, ver: SALZMAN; LAWLER, *The Sexual Person*, p. 228-230.

15 FARLEY, “An Ethic for Same-Sex Relations”, p. 105.

16 LACROIX, Xavier, “Une Parole Éthique Recevable par Tous” in *L’amour du semblable: Questions sur l’homosexualité*. Paris: Cerf, 1995, p. 148, grifo do autor.

abençoar o pecado, não é verdadeiro que todos aqueles em relacionamentos do mesmo sexo estejam necessariamente vivendo em pecado, dado que os argumentos da Igreja para justificar a afirmação de que os atos homossexuais são objetivamente errados são debatidos teologicamente, como sustentado acima. Mesmo se concordarmos que o ensino católico sobre o erro objetivo dos atos homossexuais esteja certo, não necessariamente será o caso de que tais atos sejam formalmente pecaminosos. Existe um argumento teológico católico bem estabelecido que rejeita essa afirmação.

Em sua Exortação *Amoris Laetitia* (AL), o Papa Francisco ensina que “a miséria material impele a viver uniões de facto” e que situações “irregulares”, tais como as uniões civis do mesmo sexo, não praticam “plenamente as exigências objetivas da lei” (AL, n. 294-295) e que “já não é possível dizer que todos os que estão numa situação chamada ‘irregular’ vivem em estado de pecado mortal, privados da graça santificante” (AL, n. 301). Esses ensinamentos desafiam seriamente a pressuposição subjacente do *Responsum* de que as pessoas do mesmo sexo que vivem uniões civis “irregulares” e que se envolvem em intercurso sexual vivem em um estado de pecado mortal. Aqui, Francisco faz mais do que exemplificar con-

cretamente o ensino abstrato do Catecismo, segundo o qual “a imaturidade afetiva, a força de hábitos contraídos, o estado de angústia e outros fatores psíquicos ou sociais [...] podem atenuar, ou até reduzir ao mínimo, a culpabilidade moral” (n. 2352). Em outras palavras, pode-se realizar um ato objetivamente errado, mas não ser moralmente culpável de pecado formal.

O *Responsum* concorda com o Papa Francisco de que “Deus ama cada pessoa e a Igreja faz o mesmo”. Essa declaração é inegavelmente verdadeira de Deus, pois “Deus é amor: quem permanece no amor permanece em Deus, e Deus permanece nele” (1 João 4,16) e também nela. Nem sempre é verdadeiro da Igreja, que na maioria das vezes condena em lugar de aplaudir todos os homossexuais e que se recusa a alegrar-se com eles e celebrar a presença de Deus em suas vidas. Para pôr, em termos do Catecismo, a ideia de que Deus ama e permanece em todos os que o amam: todos os que amam a Deus estão na presença de Deus e no estado da graça santificante, inclusive lésbicas e gays, individualmente e enquanto casais justos e amorosos. O ensino do *Responsum* está simplesmente e explicitamente errado; nem todos os casais de uniões do mesmo sexo vivem em pecado.

## A autoridade e a inviolabilidade de uma consciência bem-formada

Atos objetivamente errados e atos subjetivamente pecaminosos são distinguidos no ensino moral da Igreja. A CDF ignora esse ensino e, ao ignorá-lo, também ignora a autoridade e a inviolabilidade da consciência bem-formada que devemos seguir, mesmo se, como o teólogo Joseph Ratzinger tornado Papa Bento XVI mostrou, aquilo que a Igreja ensina infringir objetivamente a lei de Deus. O Papa Francisco se queixa de que “também nos custa deixar espaço à consciência dos fiéis, que muitas vezes respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites e são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações onde se rompem todos os esquemas”. Em seguida, ele insiste que “somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las” (AL, n. 37). Já no século XIII, o teólogo Tomás de Aquino estabelece a autoridade e a inviolabilidade da consciência. Qualquer pessoa, escreve ele, “a quem as autoridades eclesásticas, na ignorância dos fatos verdadeiros, impuserem uma exigência que afronte contra a sua consciência limpa, pereça em excomunhão, em vez

de violar a sua consciência”.<sup>17</sup> O católico em busca do bem e da verdade não encontrará uma declaração mais clara sobre a autoridade e a inviolabilidade da consciência pessoal. Aquino vai além e insiste que mesmo o ditame de uma consciência invencivelmente ignorante deve ser seguido e que agir contra um tal ditame é formalmente pecaminoso.

Setecentos anos depois, em que nos últimos cem anos viu os direitos da consciência individual serem essencialmente ignorados na Igreja Católica, *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, emitiu um chamado claro com respeito à consciência. “A consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo”.<sup>18</sup> *Dignitatis Humanae*, decreto conciliar sobre a liberdade religiosa, foi mais longe para afirmar a inviolabilidade da consciência. “O homem ouve e reconhece os ditames da lei divina por meio da consciência, que ele deve seguir fielmente em toda a sua atividade, para chegar ao seu fim,

<sup>17</sup> Tomás de Aquino, In IV Sent., dist. 38, q. 2, art. 4.

<sup>18</sup> *Gaudium et Spes*, n. 16.

que é Deus. Não deve, portanto, ser forçado a agir contra a própria consciência. Nem deve também ser impedido de atuar segundo ela, sobretudo em matéria religiosa” ou, acrescentamos nós, ética.<sup>19</sup> Na década de 1960, estas eram palavras raramente ditas nos círculos magisteriais católicos, porém são palavras profundamente enraizadas na tradição moral católica e, de fato, constitutivas dela.

A consciência, insistimos, não é uma lei para si mesma; para estar certa, ela deve estar tão plenamente informada quanto possível for. Essa formação é o processo de reunir evidências necessárias, discernir as evidências, para produzir o juízo prático de que isso é o que devo fazer nessa situação, nesse momento. Quando esse processo é seguido, mesmo se a consciência estiver em erro, tem-se a obrigação moral de seguir um juízo de consciência. Joseph Ratzinger concorda. “Acima do papa como expressão da reivindicação vinculante da autoridade eclesial ainda se encontra a consciência da própria pessoa, que deve ser obedecida antes de qualquer outra coisa, se necessário até contra a exigência da autoridade eclesial. A consciência confronta [o indivíduo] com um tribunal supremo e último, que, em última análise,

está além da reivindicação de grupos sociais externos, até mesmo da igreja oficial”.<sup>20</sup> Essa declaração reafirma o ensino da Igreja a respeito da consciência e fundamentalmente desafia o Responsum, que une o seu juízo sobre o erro objetivo dos atos homossexuais com o pecado das pessoas que realizam tais atos e, ao fazer isso, nega a autoridade e a inviolabilidade da consciência.

### **Discriminação injusta**

Embora o escândalo de abusos sexuais clericais e o seu acobertamento sejam os exemplos mais bem conhecidos e reconhecidos de violência sexual e espiritual atualmente na Igreja, há outros tipos de violência que não são tão bem reconhecidos. Um deles está evidente nos documentos eclesialísticos que afirmam, como o Responsum e o Catecismo, com respeito aos homossexuais, que a Igreja rejeita “qualquer sinal de discriminação injusta” para com eles (n. 2358). Falar de “discriminação injusta” contra os homossexuais levanta a questão da possível

<sup>19</sup> Dignitatis Humanae, n. 3.

<sup>20</sup> RATZINGER, J. “The Dignity of the Human Person”. In: VORGRIMMER, Herbert. (Org.). Commentary on the Documents of Vatican II, vol. 5. Nova York: Herder, 1969, p. 134.

“discriminação justa” contra estas pessoas, e o Responsum se esforça em sugerir que a sua recusa a abençoar aqueles que amam a Deus e os quais Deus ama “não é, e não quer ser, uma injusta discriminação”.

Como não poderia ser uma discriminação injusta, nos perguntamos, quando mulheres e homens que amam a Deus e se encontram em relacionamentos justos, amorosos e fiéis, estão privados da bênção divina a qual merecem e da qual, como todos nós, necessitam? Os ensinamentos católicos de que “a inclinação homossexual é objetivamente desordenada” e que “os atos homossexuais são intrinsecamente desordenados” constituem a base, capacitam e legitimam a violência da chamada “discriminação justa” contra lésbicas e gays. Estes ensinamentos dão a entender que a orientação homossexual é um afastamento tal para com a norma heterossexual acolhida pela Igreja a ponto de gays, lésbicas e intersexuais serem menos do que seres humanos plenos, homens e mulheres menores – e que, portanto, uma violência física e espiritual pode ser-lhes feita sem qualquer culpa moral. Visto que nada acrescenta às doutrinas morais católicas estabelecidas, o Responsum é desnecessário, serve unicamente para caluniar aqueles que, baseados em uma cons-

ciência bem-formada, estão em relacionamentos justos, mútuos e amorosos, além de promover discriminação.

## **O Responsum e as respostas pastorais: bases para a esperança**

Embora o Responsum seja desnecessário e profundamente nocivo, alienante para os irmãos e irmãs LGBTQs, familiares e amigos, e para todo o Povo de Deus, há várias razões para termos esperança, claramente evidentes na iniciativa da Conferência Episcopal Alemã de promover a bênção das uniões civis do mesmo sexo e no documento *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco.

### A Conferência Episcopal Alemã

No primeiro dia do Advento de 2019, a Conferência Episcopal Alemã inaugurou um projeto de dois anos de duração, de Caminho Sinodal,<sup>21</sup> com um encontro com membros da maior organização de leigos ligada à

21 FLETCHER, Zita Ballinger, “Despite Disagreements, German Bishops Commit to ‘Synodal Way’,” National Catholic Reporter (04-10-2019). Disponível em: <https://bit.ly/3z9ih3z>.

conferência, a *Zentralkomitee der deutschen Katholiken*. Esse projeto, tanto pela inclusão e envolvimento ativo de representantes leigos quanto pela infraestrutura criada para apoiá-lo, representa um movimento em direção à mudança paradigmática sinodal do Papa Francisco e à eclesiologia de comunhão, do Vaticano II. O Caminho Sinodal facilita um diálogo mais amplo entre especialistas, leigos e membros do clero em vista da promoção de uma sinodalidade concreta. O próprio Papa Francisco mostrou-se comprometido com um tal diálogo sinodal. O diálogo, ensina ele, “nasce de uma atitude de respeito pelo outro, da convicção de que o outro tem algo bom a dizer. Ele supõe que haja espaço no coração para o ponto de vista, para a proposta do outro. Dialogar envolve uma recepção cordial do outro, não uma condenação a priori. A fim de dialogar, é preciso saber como baixar as defesas, abrir as portas da casa e oferecer calor humano”.<sup>22</sup>

Em um movimento eclesiológico corajoso no sentido de incorporar a sinodalidade, os bispos alemães criaram a infraestrutura para realizar esta mudança pa-

radigmática sinodal e explorar as perspectivas dos leigos e do episcopado que desafiam os ensinamentos sexuais católicos em geral e o ensino da Igreja sobre a homossexualidade, em específico. “A unidade, a que temos de aspirar”, explica Francisco, “não é uniformidade, mas uma ‘unidade na diversidade’ ou uma ‘diversidade reconciliada’” (AL, n. 139).

É a partir desse processo sinodal que a Conferência Episcopal Alemã propôs abençoar as uniões civis do mesmo sexo e que provocou uma pergunta anônima à CDF e o seu *Responsum*. Dom Georg Bätzing, presidente da conferência, manifestou recentemente a necessidade de um “confronto intenso” na Igreja a respeito da questão de se abençoarem as uniões do mesmo sexo e outros temas de ética sexual. “As pessoas em relacionamentos homossexuais querem a bênção da Igreja, uma bênção que não seja às escondidas. Elas querem que a Igreja valorize a vida delas de modo que elas recebam a bênção de Deus e não lhes negue. Creio que devemos avaliar a homossexualidade e as parcerias de vida fora do casamento de um modo renovado”. E continua: “Não podemos mais continuar com a suposição da lei natural somente, mas devemos pensar, com mais intensidade, em categorias como as de carinho e responsabilidade uns pelos outros”.

22 USCCB (Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos), “A compilation of quotes and texts of Pope Francis on dialogue, encounter, and interreligious and ecumenical relations, 2013”. Disponível em: <https://bit.ly/34WVv12>.

O bispo conclui com uma observação esperançosa: “Uma mudança [em abençoar as uniões do mesmo sexo] está pendente”.<sup>23</sup> Desafiando o Responsum da CDF, mais de cem padres alemães participaram de uma bênção a uniões do mesmo sexo em maio de 2021.<sup>24</sup> A posição de Georg Bätzing está de acordo com – e é reafirmada em – *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco.

#### O Papa Francisco e *Amoris Laetitia*

Primeiramente, o Cardeal Schönborn, de Viena, julga que *Amoris Laetitia* “é o grande texto de teologia moral que aguardávamos desde o Concílio Vaticano II”<sup>25</sup> e que sinaliza “um desenvolvimento orgânico da

doutrina”,<sup>26</sup> o qual inclui continuidade e inovação. Francisco fornece uma continuidade da doutrina ao reconhecer abertamente e ao defender a dignidade antropológica de gays e lésbicas, enfatizando que estas pessoas devem ser acolhidas “com respeito, compaixão e delicadeza”.<sup>27</sup> Ele apresenta uma inovação ao não condenar as uniões homossexuais. Tudo o que o papa faz, em *Amoris Laetitia*, é afirmar que tais uniões não podem ser equacionadas com o casamento heterossexual tradicional, o que está longe de uma condenação. Ele traz o ensino católico tradicional da procriação como o fim primário do casamento como razão para julgar que as uniões do mesmo sexo não podem ser equacionadas com o casamento tradicional. Diz ele que “nenhuma união precária ou fechada à transmissão da vida garante o futuro da sociedade” (AL, n. 52).

Já se passaram mais de cinquenta anos desde que o Vaticano II recusou-se a declarar a procriação como o fim primário do casamento e ensinou, em vez disso, que a procriação e a promoção da união dos cônjuges eram

23 Katholische Nachrichtern-Agentur, “Germany’s Top Catholic Bishop Sees Change Coming for Blessing Same-Sex Unions,” *National Catholic Reporter* (16-04-2021). Disponível em: <https://bit.ly/3uTV3va>.

24 ANARTE, Enrique, “German Priests Defy Vatican Ban by Blessing Same-Sex Unions”. *Reuters*, 10-05-2021. Disponível em: <https://reut.rs/2T4nxVU>.

25 WOODEN, Cindy, “‘Amoris Laetitia’ at Three Months: Communion Question Still Debated”, *National Catholic Reporter*, 07-07-2016. Disponível em: <https://bit.ly/3w28D0W>. O’CONNELL, Gerard, “‘Amoris Laetitia’ Represents an Organic Development of Doctrine, ‘Not a Rupture’”, *America*, 08-04-2016. Disponível em: <https://bit.ly/3wXjCIW>.

26 O’CONNELL, Gerard, “‘Amoris Laetitia’ Represents an Organic Development of Doctrine, ‘Not a Rupture’”, *America*, 08-04-2016. Disponível em: <https://bit.ly/3wXjCIW>.

27 Catecismo, n. 2358.

fins iguais, porém este ensinamento não se incorporou plenamente ainda à antropologia sexual da Igreja. Existe o indício, em *Amoris Laetitia*, de que Francisco está se movendo, de forma inovadora, nessa direção teológica quando critica a apresentação do casamento em que “o seu fim unitivo, o convite a crescer no amor e o ideal de ajuda mútua ficaram ofuscados por uma ênfase quase exclusiva no dever da procriação” (AL, n. 36). A ênfase que ele dá ao significado unitivo do casamento demonstra a sua teologia movendo-se organicamente à conclusão teológica de que os fins procriativos e unitivos do casamento são iguais. Quando essa posição se tornar plenamente aceita por uma maioria na Igreja, o que dados estatísticos mostram que já acontece, o argumento procriativo contra o casamento do mesmo sexo não mais irá valer.

Em segundo lugar, os “novos métodos pastorais” do Papa Francisco em *Amoris Laetitia* promovem uma inovação, uma vez que exigem que “as diferentes comunidades é que deverão elaborar propostas mais práticas e eficazes, que tenham em conta tanto a doutrina da Igreja como as necessidades e desafios locais” (AL, n. 199). Em certo sentido, o seu apoio passado e atual à legalização das uniões civis do mesmo sexo é inovador e o coloca em conflito com a doutrina sexual oficial da Igreja Católi-

ca, a qual ensina que “os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados” e que “não podem, em caso algum, ser aprovados”.<sup>28</sup> Em um outro sentido, os novos métodos pastorais do papa fluem a partir do ensino social da Igreja que promove a dignidade humana, opõe-se a toda discriminação e ensina que os homossexuais “devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza”.

Em continuidade com o ensino católico, o Papa Francisco não aceita nem promove o casamento de pessoas do mesmo sexo na Igreja, e a sua defesa das uniões civis visa proteger o casamento heterossexual e seus privilégios bem como a dignidade e os direitos dos casais LGBTQs. Ele reconhece e promove proteções jurídicas para a dignidade humana tanto no direito civil quanto no direito canônico. As suas declarações pastorais que defendem as uniões civis do mesmo sexo devem ser lidas como uma tentativa de balancear estas duas realidades de um modo que promova a dignidade humana, acolha os membros da comunidade LGBTQ dentro da família católica e os trate com “respeito, compaixão e delicadeza”.

<sup>28</sup> Catecismo, n. 2357.

Em terceiro lugar, os “novos métodos pastorais” do papa, que abordam os problemas e as necessidades das diferentes comunidades, trazem esperança por um outro motivo. O casamento do mesmo sexo é, hoje, lei civil na maioria dos países ocidentais, e as evidências tanto experienciais quanto sociocientíficas são as de que os casamentos civis de gays e lésbicas cristãos são tão humana e cristianamente satisfatórios quanto os casamentos de heterossexuais. Na medida em que cada vez mais católicos reconhecerem a legitimidade moral do casamento do mesmo sexo, e as estatísticas mostram que uma quase maioria dos católicos ocidentais já o reconhecem, a inovação de abençoar esses casamentos irá se tornar tão aceita quanto os casamentos mistos, anteriormente proibidos.

Em quarto lugar, o fato de Francisco trazer à tona e priorizar a doutrina católica tradicional a respeito da autoridade e inviolabilidade da consciência pessoal está plenamente em harmonia com a tradição católica. A sua inovação reside em conceder essa autoridade e inviolabilidade de consciência a toda decisão moral que tanto heterossexuais quanto homossexuais tomam. Ela se aplica, portanto, às decisões livres, conscientes dos homossexuais católicos de se casarem, tanto quanto se aplica a qualquer outra decisão moral.

## Conclusão

O Responsum, da Congregação para a Doutrina da Fé, é uma declaração moralmente distorcida de que Deus “não abençoa nem pode abençoar o pecado”, calunia pessoas lésbicas e gays que vivem suas vidas e amam a Deus seguindo suas consciências bem-formadas, e que promove discriminação. Apesar da dor que o seu texto tem causado, no entanto, ele igualmente indica esperança por mudanças na Igreja. Mudanças geralmente ocorrem por meio de tensão, conflito e, no papado do Papa Francisco, pelo diálogo sinodal. O Responsum exemplifica essa tensão. O debate público do Caminho Sinodal e o desacordo apaixonado entre bispos, padres e fiéis, bem como o desafio do Responsum por parte de muitos padres alemães que publicamente abençoaram uniões do mesmo sexo, indicam que, nas palavras de Dom Georg Bätzing, uma mudança está pendente. Palavras de esperança, certamente!



**Michael G. Lawler** é professor emérito em Teologia na Universidade de Creighton. Publicou em coautoria com Todd A. Salzman *The Sexual Person: Toward a Renewed Catholic Anthropology* (Georgetown, 2008), livro este também publicado em português com o título “A Pessoa sexual. Por uma antropologia católica renovada” (Editora Unisinos, 2012); *Sexual Ethics: A Theological Introduction* (Georgetown, 2012); *The Church in the Modern World: Gaudium et spes Then and Now* (Liturgical Press, 2014); *Virtue and Theological Ethics: Toward a Renewed Ethical Method* (Orbis, 2018); *Introduction to Theological Ethics: Foundations and Applications* (Orbis, 2019); e *Pope Francis and the Transformation of Health Care Ethics* (Georgetown, 2021). Eles também publicaram uma série de artigos acadêmicos nos

periódicos *Theological Studies*, *Heythrop Journal*, *Louvain Studies*, *Horizons*, *Irish Theological Quarterly*, *America*, and *Commonweal*.



**Todd A. Salzman** é professor em Teologia na Universidade de Creighton. Publicou em coautoria com Michael G. Lawler *The Sexual Person: Toward a Renewed Catholic Anthropology* (Georgetown, 2008), livro este também publicado em português com o título “A Pessoa sexual. Por uma antropologia católica renovada” (Editora Unisinos, 2012); *Sexual Ethics: A Theological Introduction* (Georgetown, 2012); *The Church in the Modern World: Gaudium et spes Then and Now* (Liturgical Press, 2014); *Virtue and Theological Ethics: Toward a Renewed Ethical Method* (Orbis, 2018); *Introduction to Theological Ethics: Foundations and Applications* (Orbis, 2019); e *Pope Francis and the Transformation of Health Care Ethics* (Georgetown, 2021). Eles também publicaram uma série de artigos acadêmicos nos periódicos *Theological Studies*, *Heythrop Journal*, *Louvain Studies*, *Horizons*, *Irish Theological Quarterly*, *America*, and *Commonweal*.

## Outras contribuições dos autores no Instituto Humanitas Unisinos – IHU

LAWLER, Michael G.; SALZMAN, Todd A. O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica Alguma coisa mudou?. **Cadernos Teologia Pública**. Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Número 150. Ano XVII. Volume 18, 2021

LAWLER, Michael G.; SALZMAN, Todd A.; Sinalização do início de abertura na Igreja. Entrevista publicada por **Revista IHU On-line**, nº 483, em 21 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/553964-sinalizacao-do-inicio-de-abertura-na-igreja>

\_\_\_\_\_. Teólogos propõem uma nova moralidade sexual. Artigo publicado por **IHU Online**, em 20 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/512628-teologos-propoem-uma-nova-moralidade-sexual>

\_\_\_\_\_. Por uma nova moralidade sexual. Entrevista especial com Todd Salzman e Michael Lawler. Entrevista publicada por **IHU Online**, em 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/517726-por-uma-nova-moralidade-sexual-entrevista-especial-com-todd-salzman-e-michael-lawler->

\_\_\_\_\_. A maneira católica de escolher o bem. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman. Artigo publicado por **IHU Online**, em 02 de março de 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/540325-a-maneira-catolica-de-escolher-o-bem>

\_\_\_\_\_. Papa Francisco e a mudança na teologia moral. Da ética sexual para a ética social. Entrevista especial com Todd A. Salzman e Michael G. Lawler. Entrevista publicada por **IHU Online**, em 25 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/542901-papa-francisco-e-a-mudanca-na-teologia-moral-da-etica-sexual-para-a-etica-social-entrevista-especial-com-todd-a-salzman-e-michael-g-lawler>

\_\_\_\_\_. "Amoris laetitia" e o empoderamento das consciências católicas. Artigo de Michael G. Lawler e Todd A. Salzman. Artigo publicado por **IHU Online**, em 10 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/559945-amoris-laetitia-e-o-empoderamento-das-consciencias-catolicas-artigo-de-michael-g-lawler-e-todd-a-salzman>

## Cadernos Teologia Pública

N. 1 Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI – Johan Konings, SJ

N. 2 Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista – Maria Clara Bingemer

N. 3 A Teologia e a Origem da Universidade – Martin N. Dreher

N. 4 No Quarentenário da Lumen Gentium – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM

N. 5 Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner – Érico João Hammes

N. 6 Teologia e Diálogo Inter-Religioso – Cleusa Maria Andreatta

N. 7 Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica – José Roque Junges, SJ

N. 8 Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos – Carlos Ribeiro Caldas Filho

N. 9 Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões – Rudolf Eduard von Sinner

N. 10 O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso – Michael Amaladoss, SJ

N. 11 A teologia em situação de pós-modernidade – Geraldo Luiz De Mori, SJ

N. 12 Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema – Pedro Gilberto Gomes, SJ

N. 13 Teologia e Ciências Sociais – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior

N. 14 Teologia e Bioética – Santiago Roldán García

N. 15 Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos – David Eduardo Lara Corredor

N. 16 Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento – João Batista Libânio, SJ

N. 17 Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 18 Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II – Paulo Suess

N. 19 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 1ª parte – Manfred Zeuch

N. 20 A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg – 2ª parte – Manfred Zeuch

N. 21 Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo – Karl-Josef Kuschel

N. 22 Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs – Jacques Arnould

N. 23 Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

N. 24 O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica – Walter Ferreira Salles

N. 25 A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM

N. 26 Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski – Joe Marçal Gonçalves dos Santos

N. 27 Música e Teologia em Johann Sebastian Bach – Christoph Theobald

N. 28 Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas – Karl-Josef Kuschel

N. 29 Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino – Ana María Formoso

N. 30 Espiritualidade e respeito à diversidade – Juan José Tamayo-Acosta

N. 31 A moral após o individualismo: a anarquia dos valores – Paul Valadier

N. 32 Ética, alteridade e transcendência – Nilo Ribeiro Junior

N. 33 Religiões mundiais e Ethos Mundial – Hans Küng

N. 34 O Deus vivo nas vozes das mulheres – Elisabeth A. Johnson

N. 35 Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica – Victor Hugo Mendes

N. 36 Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois – Joseph Comblin

N. 37 Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla – João Batista Libânio

- N. 38 O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas – Peter C. Phan
- N. 39 Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo – Paulo Suess
- N. 40 Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha – Benedito Ferraro
- N. 41 Espiritualidade cristã na pós-modernidade – Ildo Perondi
- N. 42 Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta – Ildo Perondi
- N. 43 A Cristologia das Conferências do Celam – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 A origem da vida – Hans Küng
- N. 45 Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga – Maria Cristina Giani
- N. 46 Ciência e Espiritualidade – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana – Antônio Cechin
- N. 48 Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff – Águeda Bichels
- N. 49 Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 “Íte, missa est!”: A Eucaristia como compromisso para a missão – Cesare Girauda, SJ
- N. 51 O Deus vivo em perspectiva cósmica – Elizabeth A. Johnson
- N. 52 Eucaristia e Ecologia – Denis Edwards
- N. 53 Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje – José A. Zamora
- N. 54 Mater et Magistra – 50 Anos – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I – Daniel Marguerat
- N. 56 Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio “Summorum Pontificum” – Andrea Grillo
- N. 57 Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã – Elizabeth A. Johnson
- N. 58 As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo – Christoph Theobald

N. 59 Deus e a criação em uma era científica – William R. Stoeger

N. 60 Razão e fé em tempos de pós-modernidade – Franklin Leopoldo e Silva

N. 61 Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura – Karl-Josef Kuschel

N. 62 Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição – Luigi Perissinotto

N. 63 A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico – Felix Wilfred

N. 64 Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea – François Euvé

N. 65 O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade – Marco Lucchesi

N. 66 Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno – Mary E. Hunt

N. 67 Silêncio do deserto, silêncio de Deus – Alexander Nava

N. 68 Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites – Jean-Louis Schlegel

N. 69 (Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual – Degislando Nóbrega de Lima

N. 70 Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet – Moisés Sbardelotto

N. 71 Rumo a uma nova configuração eclesial – Mario de França Miranda

N. 72 Crise da racionalidade, crise da religião – Paul Valadier

N. 73 O Mistério da Igreja na era das mídias digitais – Antonio Spadaro

N. 74 O seguimento de Cristo numa era científica – Roger Haight

N. 75 O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa – Peter C. Phan

N. 76 50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro – José Maria Vigil

N. 77 As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja – Christoph Theobald

- N. 78 As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã – George V. Coyne
- N. 79 Papa Francisco no Brasil – alguns olhares
- N. 80 A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades – André Wénin
- N. 81 Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II – Victor Codina
- N. 82 O lugar da mulher nos escritos de Paulo – Eduardo de la Serna
- N. 83 A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota” – Renato Ferreira Machado
- N. 85 Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica – Alexandra Lima da Silva & Rhaisa Marques Botelho Lobo
- N. 86 Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II – Peter C. Phan
- N. 87 O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25 – André Wénin
- N. 88 Política e perversão: Paulo segundo Žižek – Adam Kotsko
- N. 89 O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39 – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer – John W. O’Malley
- N. 91 Religiões brasileiras no exterior e missão reversa – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek – Adam Kotsko
- N. 93 O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas – José Oscar Beozzo
- N. 94 Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco – John O’Malley
- N. 95 “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente – Massimo Faggioli
- N. 96 As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral

N. 97 500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas – Vítor Westhelle

N. 98 O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo – Gilles Routhier

N. 99 Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição *Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori

N. 100 O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da *Gaudium et Spes* – Afonso Murad

N. 101 Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo – Elias Wolff

N. 102 A Constituição Dogmática *Dei Verbum* e o Concílio Vaticano II – Flávio Martinez de Oliveira

N. 103 O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje! – Emerson Sbardelotti Tavares

N. 104 A exortação apostólica *Evangelii Gaudium*: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II – Christoph Theobald

N. 105 Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer – Ney Brasil Pereira

N. 106 Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma

forma de autorrealização da Igreja – Rejane Maria Dias de Castro Bins

N. 107 O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia – Antonio Manzatto

N. 108 Morte como descanso eterno – Luís Inácio João Stadelmann

N. 109 Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica – Guillermo Kerber

N. 110 A Encíclica *Laudato Si'* e os animais - Gilmar Zampieri

N. 111 O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de *Dignitatis Humanae* e *Amoris Laetitia* – Andrea Grillo

N. 112 O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco – Christoph Theobald

N. 113 Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos – Roberto E. Zwetsch

N. 114 *Laudato Si'*, o pensamento de Morin e a complexidade da realidade – Giuseppe Fumarco

N. 115 A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas – Castor Bartolomé Ruiz

N. 116 A Igreja em um contexto de “Reforma digital”: rumo a um *sensus fidelium digitalis*? Moisés Sbardelotto

N. 117 *Laudato Si’* e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência? – Gaël Giraud e Philippe Orliange

N. 118 Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi

N. 119 A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica – Thyeles Morratti Precilio Borcarte Strelhow

N. 120 Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política – Amos Yong

N. 121 Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída – Tea Frigerio

N. 122 Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental – Colby Dickinson

N. 123 A sensibilidade religiosa de Thoreau – Edward F. Mooney

N. 124 Diáconas na Igreja Maronita – Phyllis Zagano

N. 125 Comportamentos normatizados e a noção de profanação: uma reflexão em Giorgio Agamben – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 126 Teologalidade das resistências e lutas populares – Francisco de Aquino Júnior

N. 127 A glória como arcano central do poder e os vínculos entre oikonomia, governo e gestão – Colby Dickinson

N. 128 O Princípio Pluralista – Claudio de Oliveira Ribeiro

N. 129 Deus e o Diabo na política: compaixão e vocação profética – Ivone Gebara

N. 130 Deslocamentos genealógicos da economia teológica segundo Agamben – Joel Decothé Junior

N. 131 A Heterodoxia do Pseudo-Dionísio: hierarquia e burocracia na Teologia Medieval – Gerson Leite de Moraes e Daniel Nagao Menezes

N. 132 O pensamento de Jorge Mario Bergoglio. Os desafios da Igreja no mundo contemporâneos – Massimo Borghesi

N. 133 Os documentos eclesiais pós-sinodais “*Familiaris Consortio*” de Wojtyła e “*Amoris Laetitia*” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial – José Roque Junges

- N. 134 A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco – Massimo Faggioli
- N. 135 A ética social do Papa Francisco: O Evangelho da misericórdia segundo o espírito de discernimento – Juan Carlos Scannone S.I.
- N. 136 Amoris Laetitia: aspectos antropológicos e metodológicos e suas implicações para a teologia moral – Todd A. Salzman e Michael G. Lawler
- N. 137 A Teologia da Missão à luz da Exortação Apostólica Evangelii gaudium – Paulo Suess
- N. 138 O pontificado de Francisco e o laicato na missão da Igreja hoje. Avanços e impasses da “parrésia eclesial” – Andrea Grillo
- N. 139 A Opção de Francisco: como evangelizar um mundo em mudança? – Austen Ivereigh
- N. 140 A liturgia, 50 anos depois do Concílio Vaticano II: marcos, desafios, perspectivas – Andrea Grillo
- N. 141 Franciscus non cantat: Um discurso, alguns percursos e ressonâncias acerca da música litúrgica pós-conciliar – Márcio Antônio de Almeida
- N. 142 Para além do limiar do Templo: apontamentos éticos para uma pastoral em modo on-line – Thiago Isaias Nóbrega de Lucena e José Joanees Souza Oliveira
- N. 143 A Conversão de Agostinho de Hipona, interpretada em reflexões sobre a expressão *Intellige Ut Credas* – Orlando Polidoro Junior
- N. 144 Teologia Pública e Práxis Pastoral: considerações em vista de uma Pastoral Pública - Luis Carlos Dalla Rosa
- N. 145 O debate sobre o princípio pluralista: um balanço das reflexões sobre o princípio pluralista e suas aplicações - Claudio de Oliveira Ribeiro
- N. 146 Juventudes e vivência ecumênica - Rosemary Fernandes da Costa
- N. 147 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte I - O fim de um mundo? - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 148 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte II - As dores do parto - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães
- N. 149 Igreja e evangelização: provocações da pandemia. Parte III - Vinho novo, odres novos - Geraldo De Mori, Lucimara Trevizan e Edward Guimarães

N. 150 O Papa Francisco, a Igreja e a ética teológica. Alguma coisa mudou? - Michael G. Lawler e Todd A. Salzman

N.151 Igreja em saída para as periferias sociais e existenciais. O problema espiritual da missão - Rogério L. Zanini

N 152 Fratelli Tutti: um guia de leitura - Gilmar Zampieri

